io Geral

Mensalidade escolar vai ser reajustada pela URP

O reajuste das mensalidades escolares será calculado com base na URP. Reunidos ontem, em assembléia, os donos de escola de 1º e 2º graus e a própria diretoria do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp) — que defendia a transformação das parcelas em OTN — decidiram efetuar o cálculo neste sistema, como já fizeram no final do ano passado. O cálculo a partir da URP também será utilizado pelas 46 escolas do Grupo — Associação de Escolas Particulares.

A mensalidade de março, para as escolas ligadas ao Siecesp, será resultado da mensalidade de fevereiro, somada ao repasse do dissídio dos professores e à URP do mês. Esta soma será a base da mensalidade de abril, que será acrescida da URP. "O que queremos é transparência de preços. Com este critério não teremos mais conflitos com a família", afirmou José Aurélio de Camargo.

Ele disse ainda que o "recuo" da diretoria do Siecesp — que queria a "otenização" das parcelas — foi uma decisão tomada depois de um debate, na segunda-feira, com Hebe Tolosa, presidente da Associação de Pais e Alunos das Escolas Particulares, e o chefe de gabinete da secretaria de Defesa do Consumidor, Pedro Campos. "Não fui insensível aos comentários", comentou Aurélio de Camargo.

Para Hebe Tolosa, a mudança do sindicato mostrou que "pelo menos, as pessoas passaram a pensar com bom senso". Agora, ela espera que pais e donos de escolas dêem uma demonstração de "brasilidade para o bem da educação", e que trabalhem juntos neste sentido. "O ideal seria que pais e alunos ganhassem tão bem como os mantenedores", comentou.

O cálculo para as escolas do Grupo é um pouco diferente. Em março, cada escola vai analisar seus custos e estabelecer o valor da parcela. A partir daí, aplicarão a URP e a cada dois ou três meses poderão fazer novos ajustes de custo. "Este critério é mais justo pois atende à comunidade e à escola", afirmou José Roberto Cury, vice-presidente do Grupo.

FMU

Os seis alunos do curso de Psicologia das Faculdades Metropolitanas Unidas, que não puderam fazer sua matrícula no início do ano porque lideram o movimento contra os aumentos das mensalidades, conseguiram ontem liminar judicial e garantiram sua vaga para 88. Os estudantes eram membros do Diretório Acadêmico e com mais 44 alunos moveram uma ação contra a Faculdade, para que esta cobrasse dentro dos índices autorizados pelo Conselho Estadual de Educação.